

Gabarito/Espelho-Prova Prático-Profissional- Auditor Fiscal Tributário

Conforme item 11.2. do edital será atribuída nota ao uso e domínio do vernáculo e estruturação de peça, reduzindo-se assim, notas, por eventuais erros gramaticais ou ilegibilidade.

Podendo, em caso de ilegibilidade absoluta, o candidato zerar a prova.

Peça prático profissional:

O Candidato deve:

Fazer um parecer em que opine pela possibilidade de retirada do pedido de nada consta municipal, pois não há qualquer imposto municipal devido. **[valor: 20 pontos]**.

Neste parecer o candidato deve demonstrar conhecimento da titularidade dos impostos citados no exercício. **[5 pontos cada imposto – total: 20 pontos]**

O candidato deve também demonstrar conhecimento dos princípios constitucionais do direito administrativo, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. **[3 pontos cada princípio – total: 15 pontos]**.

5 pontos serão atribuídos a estética e estrutura do texto.

Questões discursivas:

1. A respeito dos atos administrativos, diferencie ato administrativo inexistente, nulo, anulável e irregular, e aponte seus respectivos efeitos:

[3 pontos] Atos inexistentes são aqueles que estão fora do ordenamento jurídico, em virtude da violação de princípios básicos que norteiam a atuação das pessoas dentro de determinada sociedade. **[2 pontos]** Estes atos, não podem, em nenhuma hipótese, ser convalidados e não serão ressaldados nenhum de seus efeitos já produzidos, ainda em relação a destinatários de boa-fé.

[3 pontos] Atos nulos são aqueles declarados em lei como tais. A nulidade decorre do desrespeito à lei em algum de seus requisitos, **[2 pontos]** ensejando a impossibilidade de convalidação, por não admitirem conserto. Poderão ser garantidos alguns efeitos pretéritos produzidos em relação a terceiros de boa-fé.

[3 pontos] Atos anuláveis são aqueles que possuem vícios que admitem conserto, não obstante tenham sido praticados em desacordo com a legislação aplicável. **[2 pontos]** Em tais caso, por se tratar de ilegalidade presente no ato de vício sanável, ele pode ser convalidado, passando a produzir efeitos regularmente.

[3 pontos] Atos irregulares sofrem vício material irrelevante, mediante o desrespeito de normas internas de padronização, **[2 pontos]** não ensejando a

nulidade do ato, mas tão somente a responsabilização do agente público que o praticou.

2. Acerca da organização do estado e da intervenção estadual, responda o que se segue:

a. A Constituição Estadual pode criar outras hipóteses de intervenção estadual? Justifique sua resposta.

[10 pontos] Não. Segundo entendimento do STF (ADI 2.631) a intervenção é medida excepcional que tem por escopo a supressão temporária da autonomia de determinado ente federativo e, portanto, está restrita às hipóteses taxativamente definidas pela Constituição Federal. Ademais, a norma em comento é de observância compulsória pelos estados-membros.

b. A quem compete decretar a intervenção estadual e de que maneira?

[5 pontos] Compete ao Governador do Estado, de ofício ou por provimento pelo Tribunal de Justiça.

c. No que consiste o controle político da intervenção estadual e a quem compete exercê-lo?

[5 pontos] O controle político consiste na apreciação da intervenção estadual pela Assembleia Legislativa, cabendo a esta aprovar ou rejeitar o decreto interventivo.

ATENÇÃO: Estará aberto prazo para Recurso dia 23 e 24/01/2019, horário de Mato Grosso.

Gabarito/Espelho-Prova Pratico-Profissional- Procurador Jurídico

Peça pratica profissional:

Itens, conforme edital, 11.2.	Valor
<i>Uso do vernáculo:</i> Aceitável até 5 erros gramaticais (tais como, falta de pontuação, de acentuação, uso de cedilha, ou palavras ilegíveis), para cada erro redução de um ponto em até 15 pontos.	Até 15 pontos.
<i>Estrutura da Peça:</i> Estruturação de peça jurídica.	até 5 pontos
<i>Conhecimento Jurídico dividido em 4 itens, quais formam 60 pontos, atribuindo-se 10 pontos a cada item</i>	Até 40 pontos

O candidato deveria responder os seguintes itens de Conhecimento jurídico, com o padrão que segue:

Questionamento a) Haverá para a criação de empresa pública a necessidade de criação de lei específica, é o que dispõe o artigo 37, inciso XIX da Constituição Federal.

Questionamento b) O regime de contratação será por meio de concurso público, conforme dispõe o art. 37, II da Constituição Federal.

Questionamento c) O regime de pessoal, será o celetista, é o que dispõe o artigo 173, §1, inciso II da Constituição Federal

Questionamento d) Sim, a empresa pública em questão deve observar limite máximo de remuneração previsto no art. 37, inciso XI, da constituição Federal, caso receba recurso do município para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio geral, é o que dispõe o artigo 37, §9 da Constituição Federal.

Candidato com qualquer motivo de identificação terá a prova zerada.

Nas questões propostas não há cobrança de artigos e elas poderiam ser respondidas na estrutura que preferisse o candidato, desde que abrangesse a totalidade dos seguintes padrões resposta:

Para as questões somente serão corrigido o uso do vernáculo caso a resposta esteja de acordo com os padrões, por tanto, avaliar-se há de forma regressiva.

Questão Número 1)

Itens, conforme edital, 11.2.	Valor
<i>Uso do vernáculo:</i> Aceitável até 3 erros gramaticais (tais como, falta de pontuação, de acentuação, uso de cedilha, ou palavras ilegíveis), será decrescido da nota até 5 pontos por erro de português.	Até -5 pontos.
<i>Conhecimento Jurídico dividido em 2 itens, quais formam 18 pontos.</i> <i>Questionamento a) com peso 15, questionamento b) com peso 5.</i>	Até 20 pontos

O candidato deverá se aproximar da seguinte resposta:

(item a)

A Lei Orgânica é votada em dois turnos, sendo que deve existir entre eles o intervalo mínimo de 10 (dez dias). É necessário que seja aprovada por, ao menos, dois terços dos membros da Câmara Municipal e este ente então a promulgará. O processo de elaboração de toda Lei Orgânica de todo e qualquer município brasileiro deve seguir o padrão de elaboração formal determinado pela Constituição Federal de 1988, no seu artigo 29, caput.

(item b)

Não é possível de veto do chefe do executivo. O Executivo não participa do seu processo de elaboração, somente de reforma.

Questão Número 2)

Itens, conforme edital, 11.2.	Valor
<i>Uso do vernáculo:</i> Aceitável até 3 erros gramaticais (tais como, falta de pontuação, de acentuação, uso de cedilha, ou palavras ilegíveis), será decrescido da nota até 5 pontos por erro de português.	Até -5 pontos.
<i>Conhecimento Jurídico dividido em 3 itens, quais formam 18 pontos.</i> <i>Questionamento a) 10 pontos; questionamento b) com peso 5; questionamento c) com peso 5.</i>	Até 20 pontos

O candidato deverá se aproximar da seguinte resposta:

(item a)

A dotação é o montante de recursos financeiros com que conta o crédito orçamentário. **O princípio da quantificação dos créditos orçamentários determina que todo crédito na LOA seja autorizado com uma respectiva dotação limitada, ou seja, cada crédito deve ser acompanhado de um valor determinado.**

(Item b)

Há vedação constitucional a utilização de créditos ilimitados, conforme dispõe o art. 167, VII da Constituição Federal.

(Item c)

O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos (art. 59, Lei 4.320/64). Para que o empenho da despesa que abate o valor da dotação, não exceda o limite dos créditos concedidos, tal crédito deve ter um valor determinado, limitado, coadunando-se com a regra constitucional da quantificação dos créditos orçamentários.

ATENÇÃO: Estará aberto prazo para Recurso dia 23 e 24/01/2019, horário de Mato Grosso.